

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 16/2025.

PROC...	
FOLHA...	10
ASS...	Diego Pereira

Da autoria do Vereador Diego de Castro Pereira, que pretende autorização Legislativa para apreciar e deliberar sobre o projeto em tela, que **“Institui no âmbito do município de São Sebastião a ‘Semana de Conscientização sobre a Síndrome Pós-Aborto’.”**

Conforme a justificativa do projeto de lei, o aborto é a interrupção da gravidez antes que o feto seja viável (ou seja, antes da 22ª semana) ou quando o produto da concepção pesa menos de 500 gramas ou mede menos de 16 centímetros. A síndrome pós-aborto é um conjunto de alterações psicológicas negativas que podem ocorrer após o aborto. Porém, além das questões médicas, existe também a síndrome pós-aborto, que se refere às alterações psicológicas negativas que podem ocorrer após o procedimento. É como se fosse um luto, mas muitas vezes negado pela sociedade. As mulheres que passam por isso, muitas vezes não conseguem lidar com a perda de bebê que nunca chegou a nascer, podendo sofrer com sentimentos de culpa, impulsos suicidas, perda da fé, baixa autoestima, entre outros. E o pior é que esses efeitos podem durar até cinco anos, principalmente quando o aborto é provocado. Já nos casos de aborto natural, a depressão e a ansiedade costumam durar apenas seis meses. É importante salientar que a depressão é um efeito natural do aborto e pode aparecer anos depois. Por isso, é fundamental falar sobre a síndrome pós-aborto e conscientizar as pessoas sobre a importância de prevenir e tratar esses distúrbios psicológicos. Afinal, cuidar da saúde mental das mulheres é cuidar da saúde pública e da família como um todo.

Em relação ao parecer jurídico legislativo apresentado nesta Casa de Leis, o procurador manifestou que as atividades elencadas no artigo 2º e artigo 4º criam atribuições as secretarias do governo municipal, e desta forma invadem a competência para legislar do Chefe do Poder Executivo nos exatos termos do artigo 41, inciso II da Lei Orgânica do Município. Assim, o procurador citou ser necessário fazer uma emenda supressiva aos citados artigos 2º e 4º do presente projeto de lei, a fim de que o mesmo possa tramitar por este parlamento sem vício de inconstitucionalidade formal apontado.

Esta Comissão, após análise do projeto de lei e informado ao autor da mesma sobre a criação da emenda supressiva, conforme acima mencionado, recebeu a emenda supressiva, posteriormente, e diante disso a Comissão entendeu que o projeto de lei está de acordo com a legislação vigente, não havendo impedimentos para sua tramitação neste Parlamento.

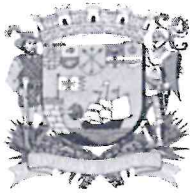
Dessa forma, a Comissão reuniu-se e decidiu emitir um parecer favorável à aprovação do projeto em questão, de acordo com o parecer jurídico legislativo,

Praça Professor Antônio Argino, 84 - Centro - São Sebastião/SP - CEP: 11608-554 - Tel. (12) 3891-0000

Site oficial: saosebastiao.sp.leg.br



Autenticar documento em: <http://www.portaldesaosebastiao.sp.gov.br> Autenticidade com o identificador 310031003600320033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC...

FOLHA...

ASS...

podendo prosseguir e ser votado pelo Plenário desta Edilidade, uma vez que não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

É o parecer.

Sala das comissões, 15 de abril de 2025.

Henriana Pessuto Candido Lacerda
PRESIDENTE

Diego de Castro Pereira
SECRETÁRIO

Maria Angela Laurito de Moraes
MEMBRO

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR
UNANIMIDADE DE VOTOS.

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

15 / 04 / 25

ZINO MILITÃO DOS SANTOS
PRESIDENTE

Parecer ao Projeto de Lei n.º 16/2025.

Praça Professor Antônio Argino, 84 - Centro - São Sebastião/SP - CEP: 11608-554 - Tel. (12) 3891-0000

Site oficial: saosebastiao.sp.leg.br



Autenticar documento em <http://www.portaldosidosaosao.sp.leg.br> com o identificador 310031003600320033003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.